

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.819 - SP
(2019/0044780-7)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : **SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A - MASSA FALIDA**
ADVOGADOS : **JORGE TOSHIHIKO UWADA - ADMINISTRADOR JUDICIAL -**
SP059453
JOAO BOYADJIAN - SP022734
EMBARGADO : **ORLANDO CALIXTA DO NASCIMENTO**
ADVOGADOS : **JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA SIMÃO - DEFENSOR PÚBLICO -**
SP244170
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
PROCURADOR : **FABIANA DE ARAÚJO PRADO FANTINATO CRUZ E**
OUTRO(S) - SP289993
INTERES. : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **MARCELO GUTIERREZ E OUTRO(S) - SP111853**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A ao despacho de fl. 218.

Sustenta a parte embargante que:

Data vênua, houve omissão na referida Decisão, haja vista que a embargante, em sede de Agravo de Instrumento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo (nº 2070484-21.2014.8.26.0000), obteve a concessão do benefício do diferimento para pagamento de despesas e custas processuais ao final do processo, que se aplica a este feito e a todos os demais idênticos que envolvem a mesma questão.

Veja-se, nesse sentido, que nas razões de recurso especial, houve ampla explanação sobre a situação de diferimento de custas já consolidada em favor da Massa Falida recorrente, o que, infelizmente, acabou passando ao largo da apreciação desse E. Superior Tribunal, razão pela qual é cabível a presente intervenção, visando sanar a omissão apontada (fl. 223).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e

corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Registre-se que se trata de um mero despacho oportunizando a regularização do vício pela parte, ou seja, não se está discutindo a *ratio* de inadmissão, razão pela qual descabida essa análise em sede de embargos, não tendo, sequer, decisão sobre o recurso ainda.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Após, retornem-me os autos conclusos para julgamento do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente